



Instituto de Previdência dos Municipiários de Catanduva

Lei Complementar nº 127 de 24.09.1999

03.02.2026

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS MUNICIPIÁRIOS DE CATANDUVA realizada aos **03 de fevereiro de 2026** às 17:30min na sede do IPMC para tratar dos seguintes assuntos:

- a) Considerações sobre resolução 5272 CMN – Empire Capital - Presencial;
- b) Aprovação das atas das reuniões anteriores: 20/01/2026 e 21/01/2026;
- c) Considerações sobre estudo Relatório Diligência Investimentos 2025;
- d) 4º chamada capital KRES II – FII – 3º chamada capital SPX FII;
- e) Aprovação Parecer de Investimentos Anual 2025;
- f) Considerações resultados 2025 fundos RENDA FIXA;
- g) Análise prévia fechamento carteira janeiro/2026;
- h) Alocação e realocação de recursos;

Foi declarada aberta a reunião sob a presidência do Sr. Orivaldo Benedito de Lima, que fez a chamada e registrou a presença dos membros: Tiago Muniz dos Santos, Júlio Vitor Barbieri, Guilherme Dias Gozzi e Vanderlei Furoni. Orivaldo passou a palavra ao Secretário Tiago para seguir com a reunião.

a) Apresentação Empire Capital - Considerações sobre resolução 5272/2025 CMN; o membro Tiago passou a palavra para Gabrielle e Sullivan Diniz que estavam de modo remoto para fazerem considerações em relação a nova resolução 5272/2025 do CMN. Sullivan agradeceu a oportunidade dada pelo Comitê de Investimentos para falar sobre as alterações da nova resolução. Sullivan pontuou que o texto da resolução ainda está um pouco confuso e que não ficou claro a exclusão dos Agentes Autônomos na distribuição dos fundos para RPPS. Sullivan informou dados do trabalho da Empire Capital ao longo dos últimos anos na distribuição de fundos para RPPS. Tiago fez a leitura do artigo 21º da 5272/2025 aos membros do comitê. Sullivan informou que a Empire Capital está engajada juntamente com outros escritórios de agentes autônomos e todos estão em contato com o MTS com interesse de entender melhor o texto da resolução 5272/2025 no tocante a questão da palavra “PREPOSTO” no parágrafo 10 do artigo 21. Orivaldo defendeu a tese de que os responsáveis pelos investimentos nos RPPS devem ser servidores EFETIVOS. Ao final, os membros fizeram considerações importante sobre o tema e Sullivan e Gabriele agradeceram a oportunidade e o espaço dado pelo comitê na reunião. A reunião seguiu.

b) Aprovação das atas das reuniões anteriores: 20/01/2026 e 21/01/2026; os membros receberam a ATA com antecedência pelo WhatsApp para que pudessem analisar. Os documentos foram avaliados e aprovados por unanimidade pelo comitê de investimentos. A reunião seguiu.

c) Considerações sobre estudo Diligência Investimentos 2025. Tiago informou aos membros do comitê de investimentos que o estudo foi contratado pela diretoria do IPMC para que fosse atendido item do PRO-GESTAO na renovação do certificado nível II com a empresa certificadora TOTUM. Tiago informou que a auditoria foi produtiva e que o IPMC atende os requisitos necessários e suficientes para renovação do certificado. Tiago fez considerações sobre uma possível evolução para nível III do PRO-GESTAO e registro os benefícios no tocante a área de investimentos são pertinentes para o IPMC e ajudariam muito na diversificação de investimentos. Tiago pontuou que com a nova resolução 5272/2025 o IPMC não pode mais fazer investimentos em fundos do Exterior, fundos Imobiliários, fundos Crédito Privado e Fundos de Investimentos em Participações – FIPS tendo em vista que tais segmentos são apenas possíveis para RPPS com nível III em diante. Todos ficaram cientes das informações trazidas pelo membro Tiago. A reunião seguiu.

d) 4º chamada de capital KRESS II – FII – 3º chamada de capital SPX FII. A reunião seguiu. Tiago informou aos membros do comitê que os gestores dos fundos KRESS e SPX FII fizeram chamada de capital conforme valores e datas abaixo e sugeriu que o resgate seja do fundo BB Fluxo. Sugestão aprovada por unanimidade. A reunião seguiu.



Instituto de Previdência dos Municipiários de Catanduva

Lei Complementar nº 127 de 24.09.1999

- KRES FII: R\$ 95.948,00 – até 09/02/2026
- SPX FII: R\$ 250.000,00 – até 13/02/2026

e) Aprovação Parecer Inv. Anual 2025. Tiago mostrou em tela o parecer de investimentos anual 2025 para ser avaliado e aprovado pelo comitê tendo em vista documento obrigatório no tocante a governança dos investimentos no PRO-GESTÃO. O documento foi avaliado pelos membros do comitê e aprovado por unanimidade. A reunião seguiu.

f) Considerações sobre fundos de RENDA FIXA: o membro Tiago mostrou em tela o enquadramento dos ativos de renda fixa da carteira do IPMC com data base 31-12-2025. Tiago explicou detalhadamente a estratégia dos Títulos Públicos Federais, marcação na curva dos papéis, pagamento de cupom e retorno dos papéis nos últimos anos. Posteriormente Tiago apresentou os fundos referenciados DI no artigo 7 III da 4963/21 e explicou detalhes da estratégia dos produtos que carregam o retorno com base na taxa SELIC. Tiago fez breve consideração sobre os FIDCs e explicou sobre a liquidez dos fundos e o retorno de cada um com destaque para o fundo FIDC Itália com boa gestão da Vila Rica. Tiago também explicou sobre os fundos Crédito Privado e a estratégia de geração de ALFA sobre o CDI dos fundos e a importância da diversificação dos ativos na carteira de renda fixa. Por fim, Tiago fez ampla análise dos ativos LFs da carteira e explicou sobre o risco de crédito de cada Instituição, a liquidez dos papéis, os retornos contratados e as novas considerações sobre aquisição de LFs com base na nova resolução 5272/25. A reunião seguiu.

g) Análise prévia do fechamento da carteira janeiro/26; o membro Tiago mostrou em tela retorno prévio da carteira do mês de janeiro 2026. Tiago destacou o retorno dos fundos de RV com a alta valorização do índice IBOVESPA no mês com a forte entrada do investidor estrangeiro conforme dados da B3. Tiago registrou que o retorno da carteira deve ser acima de 1,30% e acima da meta tendo em vista inflação controlada no primeiro trimestre de 2026 após dados do boletim FOCUS. A reunião seguiu.

h) Alocação e realocação de recursos; não houve por parte de nenhum membro alguma sugestão de realocação dos investimentos. Tiago informou que o comitê vai receber Cupom Semestral das NTNBS no dia 18/02/26 e fez recomendação de utilizar esse saldo para pagamento da folha dos aposentados e pensionistas do mês de fevereiro de 2026 e que tal decisão pode ser reavaliada na reunião ordinária do dia 19/02/26. Todos ficaram cientes das informações apresentadas e aprovaram a recomendação do membro Tiago.

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente Orivaldo declarou encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que foi aprovada pela unanimidade dos membros presentes, conforme assinaturas apostas abaixo.

Catanduva, 03 de fevereiro de 2026.

Orivaldo Benedito de Lima
Presidente
CP RPPS CG INV I - TOTUM

Tiago Muniz dos Santos
Secretário
CP RPPS CG INV III - TOTUM

Membros:

Júlio Vitor Barbieri
CP RPPS CG INV I - TOTUM

Guilherme Dias Gozzi
CP RPPS CG INV I - TOTUM

Vanderlei Furoni
CP RPPS CG INV I - TOTUM